



Câmara Municipal

Vitória da Conquista

Unidade e Compromisso

(77) 3086-9600

Rua Coronel Gugé - 150,
Bairro Centro, CEP 45000-510
Vitória da Conquista - BA

**PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE
LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL – CLJRF
AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DO EXECUTIVO
Nº 14/2023 QUE DESAFETA DA QUALIDADE DE BEM
PÚBLICO DE USO COMUM ÁREAS INTEGRANTES
DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL E AUTORIZA
PERMUTA POR IMÓVEIS PARTICULARES DE
PROPRIEDADE DA VITÓRIA EMPREENDIMENTOS E
PARTICIPAÇÕES LTDA-ME, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei Nº 14/2023 de autoria do Executivo Municipal que autoriza a permuta de bem imóvel público e dá outras providências.

O Projeto de Lei “in Analysis” se fundamenta na Lei Orgânica do Município de Vitória da Conquista, com esboço na inteligência dos Art.75, inciso VI, *in verbis*:

“Art. 75. Compete ainda ao Prefeito Municipal:

(...)

VI. administrar os bens, a receita e as rendas do Município, promover o lançamento, a fiscalização e a arrecadação de tributos, autorizar as despesas e os pagamentos dentro dos recursos orçamentários e dos créditos aprovados pela Câmara Municipal;

(...)

Importante trazer à baila, que, os bens públicos de uso comum são descritos como os rios, riachos, estradas, ruas e praças, de uso comum do povo. Há ainda, os bens públicos de uso especial, assim entendidos os edifícios ou terrenos destinados a serviços ou estabelecimento da administração municipal, inclusive suas autarquias.

Não foram apresentadas emendas aditivas, mesmo sendo estas possíveis no bojo da supracitada Lei Orgânica, atendendo as técnicas legislativas e que dispõe as regras de suplementação.

O Projeto de Lei em voga se justifica e faz acompanhar de mensagem destacando que o conteúdo da matéria apresentada fora formulado dentro dos limites da legislação correlata.

www.camaravc.com.br

@camaravc

Câmara de Vitória da Conquista



Câmara Municipal
Vitória da Conquista
Unidade e Compromisso

(77) 3086-9600
Rua Coronel Gugé - 150,
Bairro Centro, CEP 45000-510
Vitória da Conquista - BA

Ressalta ainda que o presente Projeto de Lei Ordinária do Executivo acompanha ANEXO pormenorizado com detalhamento quanto à origem e destino.

Vultoso evidenciar que, o imóvel a ser desafetado e o imóvel objeto da permuta ou contra-prestação, foi vistoriado “in loco” pela CLJRF.

Na mesma esteira, cabe destacar que, a referida permuta é objeto de ação judicial autuada sob o nº 8010467-40.2020.8.05.0274, que tramita na 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Vitória da Conquista – Bahia desde outubro de 2020, proposta pela Empresa Vitória Empreendimentos e Participações LTDA - ME contra o Município, com acordo homologado pelo Judiciário.

Notabiliza-se que a permuta objeto do presente PLOEX, passou pelo crivo do Ministério Público e do Poder Judiciário, que homologou o acordo por sentença, a qual já se encontra com trânsito em julgado certificado nos autos na data de 25 de outubro de 2022, o que faz prova pelos documentos anexados.

Ainda demonstrando a seriedade que norteia os atos desta respeitável Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final - CLJRF, elencamos a seguir, os trâmites dessa mesma matéria:

1. Foi submetida a apreciação da CLJRF em Dezembro/2022, sob o PLOEX de nº 27/2022 e recebeu o PARECER CONTRÁRIO de nº 04/2023, por ter sido o Executivo convocado a prestar informações e documentos complementares e não o fez até o ultimo dia do exercício 2022, conforme faz prova a notificação anexa ao parecer supracitado.

2. Mais uma vez, fora submetida a apreciação da CLJRF em Dezembro/2022, sob o PLOEX de nº 05/2023 e recebeu o PARECER FAVORÁVEL de nº 38/2023, onde na oportunidade o Executivo apresentou documentos complementares d'antes solicitados e enviou técnicos para os esclarecimentos solicitados pelos membros dessa Comissão, satisfazendo assim naquele momento, as informações que cabem no julgamento da Legalidade, Constitucionalidade e Juridicidade as quais são necessárias para o que compete a esta comissão, ficando de fora o julgamento de mérito que é matéria que impende exclusivamente ao plenário dessa Casa Legislativa. Contudo,



Câmara Municipal

Vitória da Conquista

Unidade e Compromisso

(77) 3086-9600

**Rua Coronel Gugé - 150,
Bairro Centro, CEP 45000-510
Vitória da Conquista - BA**

mesmo tido parecer favorável, fora retirado da casa pelo autor, não sendo de conhecimento dessa comissão, a motivação que ensejou.

Por fim, retornou a essa comissão sob o nº 14/2023 e foi votado na reunião do dia 07/08/2023, após discussão e análise do PLOEX e documento enviado a esta Comissão pelo Respeitável Legislador desta casa, o Sr. Alexandre Garcia Araújo (Xandó), alegando Prescrição de direito, chegou a seguinte conclusão no que cabe a CLJRF:

É Sabido de todos que, o Ente Público tem a obrigação de recorrer, balizado na indisponibilidade do Interesse Público, fazendo-se providente, o instituto da remessa necessária. Ainda, é de conhecimento jurídico quanto ao prazo prescricional de 10 anos com espeque no Paragrafo Único do Art. 1.238 do Código Civil.

Todavia, a Prescrição deve ser suscitada no âmbito judicial, em que pese, na fase de DEFESA DE MÉRITO e no mais tardar, na defesa processual, por não se tratar uma "preliminar", e sim, de MÉRITO ou em outras palavras, de PREJUDICIAL DE MÉRITO, assim, a PRESCRIÇÃO trata-se de tema de Direito Material e não de Direito Processual.

Para clarear o quanto argumentado supra, o Art. 337 do Código de Processo Civil preceitua “in verbis”:

Art. 337. Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar:

- I - inexistência ou nulidade da citação;
- II - incompetência absoluta e relativa;
- III - incorreção do valor da causa;
- IV - inépcia da petição inicial;
- V - perempção;
- VI - litispendência;
- VII - coisa julgada;
- VIII - conexão;
- IX - incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização;
- X - convenção de arbitragem;
- XI - ausência de legitimidade ou de interesse processual;
- XII - falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar;



Câmara Municipal

Vitória da Conquista

Unidade e Compromisso

(77) 3086-9600

Rua Coronel Gugé - 150,
Bairro Centro, CEP 45000-510
Vitória da Conquista - BA

XIII - indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça.

§ 1º Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada quando se reproduz ação anteriormente ajuizada.

§ 2º Uma ação é idêntica a outra quando possui as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.

§ 3º Há litispendência quando se repete ação que está em curso.

§ 4º Há coisa julgada quando se repete ação que já foi decidida por decisão transitada em julgado.

§ 5º Excetuadas a convenção de arbitragem e a incompetência relativa, o juiz conhecerá de ofício das matérias enumeradas neste artigo.

§ 6º A ausência de alegação da existência de convenção de arbitragem, na forma prevista neste Capítulo, implica aceitação da jurisdição estatal e renúncia ao juízo arbitral.

O quanto exposto acima, trata-se de rol taxativo, e, portanto, ***a prescrição deve ser elencada em DEFESA DE MÉRITO, e/ou, como PREJUDICIAL DE MÉRITO.***

Quanto ao Parecer Favorável vergastada pelo Respeitável Edil, é intempestiva quanto a matéria, uma vez que, não compete a esta comissão fazer juízo de valores ou julgar os atos próprios do judiciário, o que seria de pronto, usurpação de competência e frontal desrespeito a tripartição dos poderes, ***uma vez que superada a fase judicial e o processo transitado em julgado, sendo inclusive o acordo firmado no bojo do próprio processo, não há que se discutir, pelo menos nessa comissão, cabendo outros meios diferentes como provocação do próprio MP ou outras alegações por vias judiciais e nas instâncias em que no momento se fizer adequada.***

VOTO

A matéria veiculada neste Projeto de Lei Ordinária do Executivo se adequa perfeitamente aos princípios de Competência Legislativa assegurados ao Município insculpidos no artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e autorizada pela Competência Concorrente entre a União Federal e Municípios prevista no artigo 23, da Constituição Federal, além de atender aos princípios da organização e planejamentos da administração, insculpidos nos artigos 182 da Constituição Federal.

A matéria veiculada neste Projeto de Lei Ordinária do Executivo não conflita com a Competência Privativa da União Federal (artigo 22 da Constituição



Câmara Municipal

Vitória da Conquista

Unidade e Compromisso

(77) 3086-9600

Rua Coronel Gugé - 150,
Bairro Centro, CEP 45000-510
Vitória da Conquista - BA

Federal) e também não conflita com a Competência Concorrente entre a União Federal, Estados e Distrito Federal (artigo 24 da Constituição Federal).

Destaca-se finalmente que o Projeto de Lei *sub examine* atende perfeitamente o quanto disposto nos artigos Art.75, VI da Lei Orgânica do Município.

Do ponto de vista legal, respeitadas as competências e inovações constitucionais, o Projeto de Lei Ordinária do Executivo não apresenta nenhuma inconstitucionalidade.

Analisando-se a regularidade formal de sua propositura, pode-se concluir pela constitucionalidade e legalidade da mesma, posto que respaldadas na Carta Magna e Legislação municipal pertinente.

Por fim, há que se dizer que em relação à técnica legislativa, o Projeto de Lei Ordinária do Executivo de Nº 14/2023, não merece qualquer reparo.

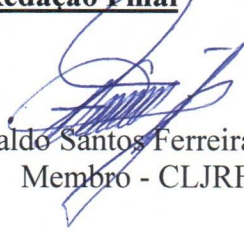
PARECER

Levando-se em consideração a plena consonância da proposição com as normas legais de competência da matéria, e a inexistência de óbices legais, bem como a boa técnica legislativa empregada, somos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária do Executivo de Nº 14/2023, em sua integralidade, sem ressalvas.

Plenário Vereadora Carmem Lúcia, 08 de agosto de 2023.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final


Delegado Marcus Vinicius
Presidente - CLJRF


Edivaldo Santos Ferreira Júnior
Membro - CLJRF

Valdemir Oliveira Dias
Membro - CLJRF

Dr Albertto Barreto
Procurador Jurídico das Comissões

Gislane Dutra Aguiar
Secretária